

O QUE SE FALA SOBRE A LEI 11.645/2008 ENTRE EDUCADORES/PESQUISADORES DE ARTES VISUAIS

Lucivania Vitória de Oliveira Cavalcante ¹

Saniele Firmo da Silva ²

Maria Emilia Sardelich ³

RESUMO

A implementação de ações voltadas à superação das desigualdades étnico raciais na educação brasileira tem sido uma preocupação da linha de pesquisa Cultura Visual e Educação para as Relações Étnico-Raciais, do Grupo de Pesquisa em Ensino de Artes Visuais (GPEAV), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que investiga essa questão no comitê Educação em Artes Visuais (EAV) nos Encontros da Associação Nacional dos Pesquisadores em Artes Plásticas (ANPAP) sobre a Lei n. 11.645/2008. Esta determina a obrigatoriedade da história e cultura afro-brasileira e indígena na Educação Básica, especialmente na educação artística, literatura e história brasileiras. A ANPAP reúne pesquisadores do campo da Arte e o comitê EAV do campo educacional. É por essa razão que nos debruçamos sobre os trabalhos apresentados nesse comitê para mapear essa discussão no componente curricular que foi legitimado, pela própria Lei n. 11.645/2008, para tratar dessas questões. A investigação, de abordagem qualitativa, em revisão bibliográfica documental, partiu dos descritores: Lei n. 11.645/2008, afro, afro-brasileira, indígena, afro-indígena e étnico-racial, presentes no título, resumo e ou palavras-chave das comunicações orais. Dos 818 trabalhos apresentados ao comitê entre 2008 a 2024, 35 atenderam aos critérios estabelecidos, o que quantitativamente corresponde a 4,3% do total de trabalhos apresentados. Os selecionados foram localizados a partir dos seguintes descritores: afro-brasileira, três; indígena, vinte e dois; étnico-racial, dez. Os 35 trabalhos analisados indicam uma tímida discussão sobre a história e cultura afro-brasileira e indígena. As diferentes autorias enfatizam a persistência de uma abordagem eurocêntrica e excludente no Ensino de Artes Visuais. Dentre as estratégias para ir além de uma abordagem eurocêntrica as diversas autorias indicam dar visibilidade à: produção de artistas visuais afrodescendentes e indígenas, que podem ser de diferentes tempos e territórios; artistas afro-brasileiros e indígenas que tratem de interações entre mais formas de subordinação além da raça, como o gênero e sexualidade.

Palavras-chave: Lei n. 11.645/2008. Educação das Relações Étnico Raciais. Ensino das Artes Visuais. Artes afro-brasileiras. Artes indígenas.

INTRODUÇÃO

Vinculada à Linha de Pesquisa Cultura Visual e Educação para as Relações Étnico-Raciais, do Grupo de Pesquisa em Ensino de Artes Visuais (GPEAV), certificado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) desde 2007, a pesquisa que se apresenta,

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB - lucivania.vitoria@academico.ufpb.br ;

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB - sanielefirmo@gmail.com;

³ Doutora em Educação pela Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia – UFBA – Professora orientadora, Universidade Federal da Paraíba – UFPB - emisardelich@gmail.com

pretende ampliar os estudos que o GPEAV já vem realizando sobre a Educação para as Relações Étnico-raciais (Costa, Sardelich, 2022; Costa, Sardelich, 2023; Sardelich, Santos, 2024; Sardelich, Santos, 2025).

Consequência de uma longa trajetória dos movimentos negros e indígenas por uma Educação Antirracista, a Lei n. 11.645/2008 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/1996, mais especificamente o artigo 26-A, determinando a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da Educação Básica (EB), em especial nas áreas de educação artística, literatura e história brasileiras. Apesar de tornar obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira na EB, a Lei não prevê a sua obrigatoriedade nos estabelecimentos de Ensino Superior (ES), nos cursos de Licenciatura dos componentes curriculares da EB.

A investigação, de abordagem qualitativa, em revisão bibliográfica documental, partiu dos descritores: Lei n. 11.645/2008, afro, afro-brasileira, indígena, afro-indígena e étnico-racial, presentes no título, resumo e ou palavras-chave das comunicações orais. Dos 818 trabalhos apresentados ao comitê entre 2008 a 2024, 35 atenderam aos critérios estabelecidos, o que quantitativamente corresponde a 4,3% do total de trabalhos apresentados. Os selecionados foram localizados a partir dos seguintes descritores: afro-brasileira, três; indígena, vinte e dois; étnico-racial, dez.

O artigo que se apresenta está organizado do seguinte modo: inicialmente os treze trabalhos localizados a partir dos descritores afro-brasileira e étnico-racial; na sequência os vinte e dois trabalhos com o descritor indígena e, por fim, as considerações finais alcançadas com a pesquisa.

OS DESCRITORES AFRO-BRASILEIRA E ÉTNICO-RACIAL

Com o descritor afro-brasileira foi possível localizar o trabalho de Diniz e Monteles (2024), Miola e Correa (2017), Silva e Perini (2011). Com o propósito de trazer os aspectos instituídos pela Lei 11.645/2008 para o espaço escolar, Diniz e Monteles (2024) realizaram ações formativas por meio de atividades artísticas. Inspirada no trabalho dos artistas visuais Dalton Paula e Decy Grafitte, as autoras propõem às crianças das séries iniciais de uma escola municipal, localizada em Goiânia, estado de Goiás, atividades como autorretrato e desenho das mãos. Consideram que essas atividades permitem que as crianças observem seus corpos, percebam suas características individuais, bem como das demais crianças, para um longo caminho de construção de identidades e pertencimento. Miola e Correa (2017) discutem as Políticas Públicas



Culturais relacionadas ao Ensino de Arte. Sob a inspiração da produção artística de Giuliano Lucas, que utiliza o retrato fotográfico com a finalidade de questionar redes imbricadas de identidades e alteridades que ganham pouca ou nenhuma visibilidade social, artística e cultural, como Abdias do Nascimento (1914-2011), Amarildo da Silva, Cláudia Silva Ferreira (1976-2014), João Cândido Felisberto (1880-1969), Milton Santos (1926-2001), entre tantos outros, as autoras propõem desenvolver esse tipo de estratégia no espaço escolar. Silva e Perini (2011) analisam a problemática da produção de materiais sobre a cultura afro-brasileira e africana para a formação de professores de Arte, uma vez que, apesar das contribuições ocasionadas pela Lei 10.639/2003, com a inclusão de conteúdos da história e da cultura afro-brasileira nas disciplinas de História, Língua Portuguesa e Arte, as autoras salientam a existência de poucas investigações destinadas a analisar a implementação do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no Ensino de Arte.

O descritor étnico-racial está presente nos trabalhos de: Cavalcante; Silva; Sardelich (2024); Carneiro e Costa (2022); Gomes e Borre (2021); Mesquita (2021); França e Brito (2020); Santos (2020); Malheiros (2020); Souza (2020); Suzuki (2018); Costa (2013). O trabalho de Cavalcante, Silva e Sardelich (2024), apresenta uma revisão bibliográfica sistemática realizada nos Anais da Anpap, entre os anos de 2003 a 2023, em relação à discussão sobre a Lei 10.639/2003 nos trabalhos apresentados no EAV dos Encontros da Anpap, apontando uma pequena discussão ao longo de vinte anos. Carneiro e Costa (2022) propõem uma reflexão sobre as epistemologias no Ensino de Arte e a hiper valorização das epistemologias eurocêntricas em detrimento das de origem africana e elaboradas por mulheres, tendo em vista a sociedade patriarcal na qual vivemos, assim como também a supervalorização do conhecimento eurocêntrico, sendo um claro reflexo do racismo estrutural ainda presente na sociedade brasileira. Consideram que educadoras deveriam buscar formas de pensar destacadas por artistas mulheres negras.

Gomes e Borre (2021) argumentam sobre a importância de um olhar crítico-reflexivo para às imagens na discussão das questões de gênero, sexualidade e étnico-raciais nas escolas. Os autores questionam as normas cis-hetero-normativas presentes na sociedade, antes mesmo do nascimento de qualquer criança, exemplificando com a tradição dos chás de revelação e a associação de cores específicas a gêneros, como azul para meninos e rosa para meninas. Enfatizam uma reflexão sobre as práticas pedagógicas de Artes Visuais para torná-las mais inclusivas e sensíveis às questões de gênero, sexualidade e étnico-raciais. Isso implica em reconhecer a diversidade dos estudantes e



suas vivências, bem como utilizar abordagens que desafiem as normas sociais dominantes. A estratégia de Mesquita (2021) discute a dimensão pedagógica das produções cinematográficas do Cinema Negro. Explora a evolução do Cinema Negro brasileiro, destacando sua importância na representação das populações negras nas telas e sua luta contra estereótipos e exclusão. A ideia principal é a transformação do cinema como meio de resistência artística e cultural, buscando retratar as múltiplas vivências das populações negras de forma autêntica e inclusiva. Ressalta que o Cinema Negro surge como resposta à falta de representatividade e à estigmatização das populações negras no cinema tradicional, influenciado por ideologias de embranquecimento e democracia racial. França e Brito (2020) focalizam a temática das relações étnico-raciais nas instituições de ES, tendo em vista que muito se discute a diversidade no curso de Artes Visuais, porém na prática pedagógica a abordagem sobre a cultura afro-brasileira ainda se apresenta de maneira discreta e pontual. Afirmam que a prática pedagógica é uma prática social, evidenciando a influência dos docentes na formação dos futuros professores do curso de Licenciatura em Artes Visuais, posto que para esses profissionais atuarem de maneira qualificada é fundamental uma formação que abarque as questões raciais. Santos (2020) destaca os aspectos didático-pedagógicos e metodológicos que se constituem como um dos grandes desafios ao se tratar sobre a prática docente em Artes Visuais na atualidade, uma vez que o Ensino de Arte além de desenvolver a percepção estética e sensibilidade do indivíduo, também tem como objetivo provocar a análise e problematização de questões que afetam o cenário social, assim necessitando de uma concepção didática e metodológica que atenda a esse propósito.

Malheiros (2020) propõe estratégias que divulguem artistas afro americanos que pedagogicamente tratam da representatividade afrodescendente. Salienta que trabalhar a representatividade no contexto escolar possibilita uma reflexão sobre uma reparação histórica por meio do ato de repensar a produção estética eurocêntrica em que apenas as pessoas brancas são retratadas como seres de prestígio e poder financeiro. No entanto, ainda é perceptível o reduzido número de artistas negros ou de exposições voltadas para a valorização da diversidade, destacando a necessidade da realização de atividades que abordem sobre a identificação do indivíduo, bem como de espaços em que se discutam suas histórias e experiências de vida. Souza (2020) apresenta inicialmente uma breve revisão histórica acerca da relação entre Arte e Esportes, sugerindo como estratégia para abordar a história e cultura afro-indígena a valorização de mulheres surfistas negras. Suzuki (2018) investiga as epistemologias críticas que contribuam para o enfrentamento



ao colonialismo no Ensino de Artes Visuais, promovendo uma reflexão acerca dos aspectos coloniais que ainda interferem de modo direto nos processos de ensino, se constituindo como um importante material tanto para os professores em formação quanto para aqueles que já atuam na área ao propor que revejam suas práticas e deem maior valor a história e cultura afro-brasileira e indígena. Costa (2013) discute como o currículo de Arte pode influenciar as relações étnico-raciais em uma escola pública de Macapá-AP, explorando o impacto das políticas educacionais, incluindo a Lei 10.639/2003. O autor contextualiza a atualidade das discussões sobre as relações étnico-raciais, mencionando movimentos liderados pela comunidade afro-brasileira e as políticas públicas recentes que reconhecem a importância do grupo étnico afro-brasileiro na construção do país.

Os trabalhos localizados enfatizam o direito a aprender sobre as contribuições da História e Cultura Afro-Brasileira no componente curricular Arte e a tarefa, possível e viável, que cabe aos docentes de promover a visibilidade da cultura afro-brasileira. As diferentes autorias enfatizam a persistência de uma abordagem eurocêntrica e excludente no Ensino de Arte, que negligencia a diversidade étnico-racial. Todos os trabalhos apontam para a crucial necessidade de uma formação que discuta as relações étnico-raciais em todos os níveis escolares, porém destacam os cursos de Licenciatura, considerando o papel desses profissionais no desenvolvimento das futuras gerações, para assim proporcionar um ensino que fuja dos estereótipos atribuídos a cultura afro-brasileira, geralmente abordada apenas nas datas comemorativas com um viés folclorizante. Dentre as estratégias para ir além de uma abordagem eurocêntrica e excludente, indicam dar visibilidade à: produção de artistas visuais afrodescendentes, que podem ser contemporâneos e de diversos países, não somente brasileiras e brasileiros; artistas negras e negros que tratem de interações entre mais formas de subordinação além da raça, como o gênero e sexualidade.

O DESCRITOR INDÍGENA

Com o descritor indígena foram localizados vinte e dois trabalhos com as autorias de: Bedeschi (2024); Araújo (2024); Bieger; Santos; Oliveira (2024); Cartaxo; Sousa (2024); Coelho (2024); Gobatto (2024); Pires (2024); Campos; Hildebrand (2023); Cartaxo (2023); Diniz (2023); Macieira (2023); Nhambiquara; Nhambiquara (2023); Pimentel; Faria; Xakriabá (2022); Mathias (2021); Almeida; Mendes (2020); Andrade Neto; Maciel (2020); Bedeschi (2020); Lima; Maisel (2017); Silva (2017); Schütz-Foerste; Vago-Soares (2016); Campos; Alonso (2012); Oliveira; Eichengerger (2008).



Bedeschi (2024) indica a cabruca, prática agroflorestal já conhecida pelos povos Tupinambá de abrir espaços para que diferentes espécies se reproduzam e convivam, como uma metáfora capaz de organizar um currículo intercultural. A partir dessa argumentação o autor elaborou atividades para que as culturas dos estudantes do primeiro ano do Ensino Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) compartilhassem experiências em sala de aula. Araújo (2024) reúne histórias de vida e formação de arte educadoras pernambucanas de contextos sociais diversos, a saber: quilombola, indígena, rural, urbano privilegiado e periférico, para tecer reflexões sobre arte indígena, compreendendo a arte educação como um espaço transformador e formador de visões de mundo diversas, e educadores como responsáveis por propor e mediar questionamentos com e sobre a diversidade do mundo capazes de estimular práticas empoderadoras. Bieger; Santos; Oliveira (2024) apresentam as Cosmologias Indígenas, compreendidas como os saberes sobre a origem e a composição do universo como um todo, como meio de acesso, divulgação e democratização das culturas indígenas e a desconstrução de estereótipos nas escolas de EB. As autoras aliam tecnologias como a Realidade Aumentada com as cosmologias escritas por Daniel Mundukuru, em seu livro *Vozes Ancestrais*, sobre os povos originários para apresentá-las à estudantes do quinto ano do Ensino Fundamental de uma escola municipal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Cartaxo; Sousa (2024) relatam uma pesquisa-intervenção com atravessamentos pela arte e cultura indígena com experiências em um Centro de Educação Infantil (CEI) na cidade de Fortaleza, Ceará, inspiradas no trabalho gráfico do artista indígena Benício Pitaguary, utilizando tintas naturais, como as extraídas do jenipapo, urucum, e o toá, tinta feita de terra, que contam histórias nas paredes das casas das aldeias. Coelho (2024) propõe conceito de territórios movediços, utilizado sempre no plural, posto que o processo de ensino/aprendizagem não deve ser pensado como uma tentativa de ensinar outra cultura e sim de ensinar com a outra cultura, um processo de trocas epistêmicas, intercultural e orgânico. Gobatto (2024) busca conhecimentos do povo Guarani e sua concepção de território, como um ser e um bem coletivo, destinado a produzir e satisfazer as necessidades de todos os membros de uma determinada comunidade, para aplicá-lo nos componentes curriculares com os quais trabalha, integrando outros modos de pensar e conhecer, explorando os conceitos de “Sentipensar” e “Corazonar” a partir dos conhecimentos do povo Guarani. Pires (2024) apresenta uma experiência de trilha interpretativa que se inicia no "Largo de Jabebiracica", uma homenagem ao grande



aldeamento indígena Tupinambá chamado Jabebiracica que existiu até os primeiros momentos da colonização na mesma região na qual se situa a escola em que atua na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Para o autor este percurso oferece uma oportunidade de pensar a sustentabilidade, a diversidade e a coexistência pacífica, reforçando a importância de uma formação artística transformadora, inclusiva, com potencial interdisciplinar que envolve História, Geografia, Arte e Ciências, incentivando a valorização e proteção do patrimônio cultural indígena.

Campos; Hildebrand (2023) relatam uma experiência de produção de jogos digitais com crianças e adolescentes de uma comunidade indígena tupi-guarani. Cartaxo (2023) descreve sua auto-observação e a experimentação do grafismo Jenipapo Kanindé em seu próprio corpo, bem como na organização de experiências estéticas, a partir das tintas extraídas de elementos naturais, para as crianças de uma escola de Educação Infantil, no Ceará. Diniz (2023) realiza uma entrevista com a artista *Yawar* – Olinda Tupinambá, do povo Tupinambá, de Olivença, estado da Bahia, em 2020. Macieira (2023) investiga sobre a arte das bonecas Karajá, Patrimônio Cultural do Brasil, como conteúdo do componente curricular Arte, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nhambiquara; Nhambiquara (2023) tecem uma reflexão sobre a educação decolonial e como é a arte indígena tem se feito presente em sala de aula e sua relação com as Artes Visuais no Brasil. Pimentel; Faria; Xakriabá (2022) consideram que é preciso pesquisar sobre esse universo em suas particularidades para que se possa iniciar um processo de reconhecimento, respeito e entendimento de como pode ser o ensino/aprendizagem de Arte Indígena Contemporânea (AIC) na EB. Mathias (2021) analisou o currículo da rede pública estadual de São Paulo, implantado em 2020, mais especificamente a produção audiovisual de temática indígena que circula para a etapa do Ensino Fundamental. Almeida; Mendes (2020) vivenciaram duas realidades indígenas diferentes, uma do povo Guarani, no estado de Santa Catarina, região sul, e outra do povo Truká, no estado de Pernambuco, região Nordeste. As autoras buscaram descrever as lutas, realidades escolares e ação docente desses dois ambientes escolares em relação à Arte, pois consideram que a produção artística oferece a esses povos uma forma de preservar e construir memórias.

Andrade Neto; Maciel (2020) apresentam experiências de ensino e produção artística com crianças de uma escola, no município de Goianinha, estado do Rio Grande do Norte, que também atende crianças da Comunidade Catu dos Eleotérios, formada predominantemente por indígenas. Bedeschi (2020) apresenta uma reflexão sobre as



possibilidades da epistemologia pataxó, que se assenta na aprendizagem com os mais velhos, como base epistemológica que pode mobilizar docentes do componente curricular Arte para as escolhas metodológicas mais afins dos conteúdos relacionados à história e culturas indígenas.

Lima; Maisel (2017) estabelecem relações entre a mitologia indígena e o Ensino das Artes Visuais no Amazonas. O estudo da cultura, mitologia indígena, imaginário e arte no contexto amazonense, possibilitou a compreensão dos significados do mito da “Cobra-Canoa”, do povo Dessana e, perceber a presença deste mito nas obras de artistas como Feliciano Pimentel Lana (1937-2020). Silva (2017) investigou a condição atual de socialização dos tradicionais saberes cerâmicos no contexto da comunidade Kariri-Xocó, em Alagoas, afirmando que preservar esses processos de socialização dos saberes cerâmicos, nas narrativas construídas pelas louceiras e pelo povo Kariri-Xocó, é uma maneira de reavivar um olhar sobre estes objetos de barro. Schütz-Foerste; Vago-Soares (2016) discutem a formação de professores na perspectiva intercultural no estado do Espírito Santo. Campos; Alonso (2012) propõem recompor uma memória material indígena, especificamente do povo Mbyá-Guarani, assentados na Aldeia Tekoa Mbo’yty, localizada no município de Niterói, estado do Rio de Janeiro. Oliveira; Eichengerger (2008) relatam experiência com crianças indígenas guarani da EB de Ensino Fundamental Wherà Tupã-Poty Dja, situada em Biguaçu, estado de Santa Catarina, que sofrem problemas de identidade decorrentes do processo de contatos inter-étnicos.

Como síntese dessas diferentes autorias, todas destacam que para os povos indígenas a Arte se estrutura como forma de comunicação com o sagrado, conectada à ancestralidade e espiritualidade, muito distante da atividade de contemplação exaltada pela concepção euro centrada. Um aspecto relevante destacado pelas vinte e duas autorias é a quantidade de artistas, escritores, pensadores indígenas, como, por exemplo: Ailton Krenak, Anari Braz Bomfim, Anghichay Pataxó, Arissana Pataxó, Benício Pitaguary, Bernadete Andrade, Célia Xakriabá, Daniel Mundukuru, Davi Kopenawa, Denilson Baniwa, Edgar Corrêa Kanaykô, Feliciano Pimentel Lana, Gê Viana, Graziane Andrade Conceição, Ibã Huni Kuin, Isael Maxakali, Jaider Esbell, Kanatyo Pataxó, Luciene Pataxó, Nei Leite Xakriabá, Priscila Pinto, Siwê Pataxó, Sueli Maxakali, Thiago Braz do Nascimento, Turenko Beça, Tyson Yunkaporta, Werymehe Alves Braz, Yawar Olinda Tupinambá. Mesmo com uma diversidade de artistas, escritores e pensadores indígenas, estes não são chamados para produzir material didático sobre as histórias e culturas



indígenas para a escola brasileira, o que revela uma, dentre tantas outras dificuldades para a implementação da Lei n. 11.645/2008 nos currículos das escolas brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto é possível perceber uma diferença entre os trabalhos localizados com os descritores afro-brasileira e étnico-racial daqueles localizados a partir do descritor indígena. Os trabalhos categorizados com o descritor afro-brasileira e étnico-racial enfatizam a discussão sobre a História e Cultura Afro-Brasileira, como se as questões referentes aos povos e culturas indígenas não abarcasse a discussão étnico-racial. Os trabalhos localizados a partir do descritor indígena também enfatizam a persistência de uma abordagem eurocêntrica e excludente no ensino de Arte, que negligencia a diversidade dos povos indígenas. Todos os trabalhos apontam para a crucial necessidade de uma formação que discuta as culturas indígenas em todos os níveis escolares, bem como a concepção de arte que, para os povos indígenas, se estrutura como forma de comunicação com o sagrado, conectada à ancestralidade e espiritualidade. Recomendamos estratégias que tomem por referência epistemologias indígenas – modos próprios de produzir e transmitir – bem como cosmologias indígenas – saberes sobre a origem e a composição do Universo – muitas vezes denominadas pelas diversas autorias como cosmovisão ou “cosmo vivências”. As diversas autorias consideram que esta seria uma possibilidade para superar uma escola monoepistêmica, eurocentrada e excludente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. C. V.; MENDES, A. P. M. S. Riscando o mapa pelas margens: a dimensão do ensino das artes nos territórios indígenas Guarani Mbya (SC) e Truká (PE). In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 29, 2020, Goiás. **Anais** [...]. Goiânia (GO) UFG, 2020.

ANDRADE NETO, C. P. de; MACIEL, A. L. de S. Construindo um lugar de encontro no espaço escolar: Catudos Eleotérios e a arte como ruptura de barreiras. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 29, 2020, Goiás. **Anais** [...]. Goiânia (GO) UFG, 2020.

ARAÚJO, B. R. P. Narrativas biográficas de artes educadoras por diferentes contextos sócio-político-culturais de Pernambuco. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 33, 2024, João Pessoa. **Anais** [...] João Pessoa (PB) UFPB, 2024.

BEDESCHI, T. Artes indígenas nas escolas: a “colagem” e a “cabruca”, por um viés intelectual. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 33, 2024, João Pessoa. **Anais** [...] João Pessoa (PB) UFPB, 2024.

BEDESCHI, T. Ensino de arte e as artes indígenas: reflexões com Arissana Pataxó. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 29, 2020, Goiás. **Anais** [...]. Goiânia (GO) UFG, 2020.



BIEGER, N. C.; SANTOS, E. R.; OLIVEIRA, A. M. Realidade aumentada como alternativa de ensino das cosmologias indígenas nas aulas de artes. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 33, 2024, João Pessoa. **Anais [...]**João Pessoa (PB) UFPB, 2024.

CAMPOS, A. M.; HILDEBRAND, H. R.. O ensino e a aprendizagem em comunidades indígenas por meio das artes e dos jogos digitais utilizando a teoria do *flow*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 32, 2023, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza (CE): Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, 2023.

CAMPOS, C.; ALONSO, F. Arte e memória: a obragem cerâmica MBYÁ-Guarani através da pesquisa-ação. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 21, 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro (RJ), 2012.

CARNEIRO, I. A.; COSTA, A. C. da. Outras epistemologias no ensino de artes. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 31, 2022, Recife, PE. **Anais [...]** Recife, PE, 2022.

CARTAXO, T. A.; SOUSA, A. de A. Infâncias entre rizomas/manguezais: cartografia do um território decolonial com bebês. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 33, 2024, João Pessoa. **Anais [...]** João Pessoa (PB) UFPB, 2024.

CARTAXO, T. A arte indígena no perpassar das infâncias e o encontro com a ancestralidade de uma professora-artista. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 32, 2023. **Anais [...]**. Fortaleza: Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, 2023.

CAVALCANTE, Lucivania Vitória de Oliveira; SILVA, Saniele Firmo da; SARDELICH, Maria Emilia. Vinte anos da Lei 10.639/2003: o que se discute no Comitê de Educação em Artes Visuais nos Encontros da ANPAP. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 33, 2024, João Pessoa, PB. **Anais [...]** João Pessoa (PB) UFPB, 2024.

COELHO, E. G. Ensino/aprendizagem em artes visuais em territórios movediços. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPA, 33. 2024, João Pessoa. **Anais [...]** João Pessoa (PB) UFPB, 2024.

COSTA, B. M. O currículo de arte e as relações étnico-raciais na escola: revelando as memórias silenciadas de alunos negros na cidade de Macapá-AP. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 22, 2013, Belém. **Anais [...]**. Belém: Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, 2013.

COSTA, Natália de Araújo; SARDELICH, Maria Emilia. Visualidades antirracistas para o ensino de Artes Visuais. **Revista GEARTE**, v. 10, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/gearte/article/view/135051> Acesso em: 28 set. 2025.

COSTA, Natália de Araujo; SARDELICH, Maria Emilia. Ensino de Artes Antirracista: o que se fala na pós-graduação brasileira em artes. **Revista da Fundarte**, a. 22, n. 50, p. 1-19, jul.-set. 2022. Disponível em: <https://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte/article/view/1099> Acesso em: 28 set. 2025.



DINIZ, A. L. Se ela existisse: diálogos com Yawar sobre imagens de Moema. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 32, 2023, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza (CE): Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, 2023.

FRANÇA, R. de C. C. R; BRITO, R. M. de. Docência em arte e relações étnico-raciais: reflexões preliminares do curso de licenciatura em artes visuais da UFPA. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 29, 2020, Goiás. **Anais [...]** Goiás: Anpap, 2020.

GOBATTO, M. R. Decolonizando o ensino de artes na universidade através de práticas e ações extensionistas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 33, 2024, João Pessoa. **Anais [...]** João Pessoa (PB) UFPB, 2024.

GOMES, W. S.; BORRE, L.. “Cadê as bixas pretas nas salas de aula?” Cultura visual, ensino de artes visuais e possíveis contribuições pedagógicas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 30, 2021, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, 2021.

LIMA, P. P.; MAISEL, P. de O. O mito da cobra-canoa dessana na obra dos artistas Bernadete Andrade, Turenko Beça e Priscila Pinto. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 26, 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo (SP): Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, 2017.

MACIEIRA, C. Sobre bonecas karajá: natureza e ensino de arte. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP. 32. 2023, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza (CE): Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, 2023.

MALHEIROS, J. A. da C. Representatividade afrodescendente no ensino de artes visuais junto a obra de Kehinde Wiley. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 29, 2020, Goiás. **Anais [...]** Goiás: Anpap, 2020.

MATHIAS, E, de F. As artes visuais indígenas no currículo paulista de arte. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 30, 2021, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa (PB): Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, 2021.

MESQUITA, M. V. Imagens que ensinam: perspectiva pedagógica do cinema negro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 30, 2021, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, 2021.

NHAMBIQUARA, B. D.; NHAMBIQUARA, S. de C. Ensino de arte decolonial em uma perspectiva da arte indígena: onde estão os artistas indígenas no contexto escolar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 32. 2023, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza (CE): Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, 2023.

OLIVEIRA, R. R. e; EICHENBERGER, A. Fotografia e auto-imagem: questões de identidade em uma escola Guarani. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 17, 2008, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis (SC) UDESC, 2008.

PIMENTEL, L. G.; FARIA, T. B.; XAKRIABÁ, N. L. Existências - resistências - (re) existências: ensino/aprendizagem em arte indígena contemporânea. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 31, 2022, Recife. **Anais [...]**. Recife (PE), 2022.



PIRES, A. D. Abrindo caminhos para a diversidade: a contemporaneidade indígena na educação escolar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 33, 2024, João Pessoa. **Anais [...]** João Pessoa (PB) UFPB, 2024.

SANTOS, J. C. B. O ensino de artes visuais em uma abordagem metodológica reflexiva e construtiva. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 29, 2020, Goiás. **Anais [...]** ANPAP: Goiás, 2020.

SARDELICH, Maria Emilia; SANTOS, Ingrid Ferreira dos. O que podem as imagens do mural “Do Orun ao Aiye”? **RELACult**, Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 11, n. 1, 2025. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/2748> Acesso em: 28 set. 2025.

SARDELICH, Maria Emilia; SANTOS, Ingrid Ferreira dos. A demonização das imagens do outro: o mural Do Orun ao Aiye. **Revista de História da Arte e da Cultura**, Campinas, SP, v. 5, n. 2, p. 37–58, 2024. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rhac/article/view/19933> Acesso em: 28 set. 2025.

SCHÜTZ-FOERSTE, G. M.; VAGO-SOARES, M. A.. Interculturalidade na formação de professores de artes. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 25, 2016, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre (RS) UFRGS, 2016.

SILVA, M. Saberes compartilhados: a socialização da cerâmica das mulheres Kariri-xocó de Alagoas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 26. 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, 2017.

SOUZA, A. M. A. de. Imagens de mulheres negras surfistas no ensino de arte: atividade criadora e educação no combate à invisibilidade. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP, 29, 2020, Goiás. **Anais [...]** Goiás: Anpap, 2020.

SUZUKI, Clarissa. Retornar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro: de-colonialidade no ensino das artes visuais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAP 27, 2018, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas, 2018.

